Os irresponsáveis entre nós

Osvaldo Alvarenga · 07.10.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE · ECONOMIA

Quando partidos, financiadores e imprensa subestimam a determinação de quem tem o poder, acreditam que é possível controlar o incontrolável e se aliam ao autoritarismo para atingir seus objetivos, quando a política deixa de ser o lugar do equilíbrio e cede à arrogância tecnocrática, aos interesses privados ou às rivalidades egocêntricas, é quando as democracias morrem.

Em setembro passado houve eleições em três dos dezesseis estados alemães. Na Saxônia-Anhalt, a AfD, partido de extrema-direita, com retórica e militância próximas do neonazismo, ficou a três assentos da maioria absoluta do parlamento. No Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, outro estado alemão, a AfD ficou na frente, com 38% dos votos válidos. Nas eleições gerais alemãs, em setembro de 1930, os nazistas tornaram-se a segunda maior força política do país ao receberem 18% dos votos. O NSDAP, de Hitler, saltou de 12 para 107 deputados. Para boa parte dos alemães de então, a democracia liberal da República de Weimar, fragmentada em muitos partidos e dominada pelas mesmas forças políticas de sempre, o «extremo centro», era fraca e incapaz de resolver a crise econômica e social do país, intensificada pela Grande Depressão que se seguiu à queda da bolsa de Nova York um ano antes. Estavam abertas as portas para o extremismo político. A desilusão da população com a república justificou a opção por ideias radicais, fora do sistema democrático. Naquelas eleições históricas, os comunistas do KPD também cresceram de 54 para 77 representantes no parlamento. Agora em setembro, o Die Linke (A Esquerda), descrito pela imprensa em geral como um partido radical de esquerda, ficou em primeiro lugar nas eleições regionais em Berlim; o terceiro estado onde houve eleições. Como há quase um século, os eleitores alemães parecem cansados das soluções, ou da falta delas, apresentadas pelos partidos de centro.

Na minha busca por respostas, encontrei Johann Chapoutot, professor de História Contemporânea na Sorbonne e especialista em nazismo. É autor de vários livros sobre o tema. *Os Irresponsáveis: Quem Pôs Hitler no Poder?*, publicado na França em 2025 e em Portugal em 2026 (Edições 70), é um dos mais recentes. Nele, descreve como Hitler se tornou chanceler sob a Constituição de Weimar e Führer do Terceiro Reich. Guiado pelo professor, faço aqui a minha interpretação de um argumento que é dele: quem foram os responsáveis pela ascensão do nazismo e o que isso tem a ver com os nossos dias.

> Guiado pelo professor [Johann Chapoutot], faço aqui a minha interpretação de um argumento que é dele: quem foram os responsáveis pela ascensão do nazismo e o que isso tem a ver com os nossos dias.

Geralmente quando fazemos paralelos entre o nascimento e a ascensão do nazismo e a atualidade, buscamos respostas na crise entre guerras, numa nação empobrecida, humilhada e violenta. Bebendo na fonte de Michaël Foessel1, Chapoutot fala em «reincidência» da história (ou seja, a repetição de um delito ou crime). Mas, nessa visão, a recaída tem a ver com a liberdade de escolha de cada indivíduo ou sociedade e não com uma fatalidade histórica de repetição natural e inevitável, como o retorno das marés ou das estações do ano. Sua análise parte da Europa do final do século XIX e, na sequência, foca a Alemanha entre os anos 1920 e 1930. Segundo o professor, a ideologia nazista nasce da matriz capitalista e colonialista europeia (matriz que descrevo no ensaio *Discurso populista e temores reais*). O impulso estava lá durante a formação do Império Alemão, em meio à globalização "nem sempre feliz" promovida pelas grandes potências da época, à industrialização, à recessão, à doutrina eugenista, ao *darwinismo social*2 e ao nacionalismo ruidoso, bélico e expansionista do período. No século XX, dos escombros da Grande Guerra, irrompem as revoluções bolchevique (1917) e alemã (1918), sucedem-se a rendição do Reich e o humilhante Tratado de Versalhes, agravam-se a crise econômica e a insegurança generalizada no país.

Imagino a apreensão entre a aristocracia rural, industrial e financeira do país, entre os oficiais de alta patente do Exército e o alarme entre a pequena burguesia urbana, trabalhadores qualificados, funcionários públicos, comerciantes, uma classe média que teme perder o patrimônio que amealhou e que preza a ordem social e o *status quo*, indefesos à violência nas ruas e à carestia nas feiras. Nessa conjuntura, intensifica-se um proselitismo carregado de ressentimento, medo, nostalgia, indignação e ódio. Cresce o culto ao líder forte, para um Estado igualmente forte, ordeiro e glorioso – crença fundadora do Segundo Reich que alimentou a «direita revolucionária» e balizou a teoria do nacional-socialismo.

Chapoutot argumenta que o período colonial é aquele que mais se parece com os tempos atuais e a referência às décadas de 1880–90 se impõe mais imediatamente do que a referência habitual aos anos 1930. Em ensaio de 2 de junho de 2025, publicado na *AOC Media*, cita o jornalista Jean-Michel Aphatie3 para reiterar que os nazistas se inspiraram nos métodos de dominação dos franceses na Argélia. Para ele, há consenso entre historiadores de que o colonialismo e o extrativismo, assim como a eugenia e o *darwinismo social*, foram negócio dos britânicos e franceses, que criaram imensos impérios coloniais, e depois dos americanos, que tiveram um império colonial em casa, com a quase extinção dos povos originários e a importação maciça de escravizados durante séculos, e que, após a abolição, criaram leis segregacionistas nas quais o Terceiro Reich se inspirou para a redação das Leis de Nuremberg, em 1935.

> Chapoutot argumenta que o período colonial é aquele que mais se parece com os tempos atuais e a referência às décadas de 1880–90 se impõe mais imediatamente do que a referência habitual aos anos 1930.

Entendo o objetivo do professor na argumentação do seu ensaio, ainda assim, penso eu, faltou citar o colonialismo português e espanhol, anterior aos outros, igualmente extrativista, genocida e racializado,

que deixou traumas sociais permanentes e que, se não foi modelo para nazistas, foi para os impérios que vieram depois. Tendo em conta as controvérsias sobre os dados econômicos globais, no artigo *Unequal exchange of labour in the world economy*, publicado na *Nature Communications*, em 29 de julho de 2024, o acadêmico Jason Hickel e colegas, de quem falei no ensaio anterior, trazem argumentos para eu afirmar que a violência nas colônias e a brutalidade da exploração humana, praticadas longe dos sensíveis olhos azuis europeus, mas sabidas, justificadas e normalizadas por todos, herança de privilégios passada de geração em geração, ainda hoje perpetuam a indiferença e a discriminação de antes e produzem um só tormento: e quando os descolonizados tomarem a Europa?

> Entendo o objetivo do professor na argumentação do seu ensaio, ainda assim, penso eu, faltou citar o colonialismo português e espanhol, anterior aos outros, igualmente extrativista, genocida e racializado, que deixou traumas sociais permanentes e que, se não foi modelo para nazistas, foi para os impérios que vieram depois.

Ao longo do século XIX, o velho antissemitismo europeu originou teorias que fundamentaram o *racismo biológico* e delírios que desembocaram em teorias como a *conspiração judaico-maçônico-comunista*, um engodo mal fundamentado que remete a teorias da conspiração tão disparatadas e aderentes hoje em dia, desde o *globalismo* à *grande substituição* e, mais recentemente, ao *islamo-esquerdismo*. Mas houve a Grande Guerra dentro da Europa. Ela promoveu a violência em um nível nunca visto na história, com quase 80 milhões de homens uniformizados e cerca de 20 milhões de mortos. A brutalidade das trincheiras toma as cidades pelas botas, pelo discurso e pela propaganda ideológica. Aos não arianos, há perseguição e desumanidade. Aos desafortunados, há sova, miséria e há discursos inflamados. Ao «bloco burguês», há aversão ao *bolchevismo cultural*. A nação fracionada em múltiplos grupos identitários – militares, industriais, produtores agrícolas, profissionais liberais, comerciantes, acadêmicos, funcionários públicos, estudantes, artistas, operários e desempregados; aristocratas, burgueses e trabalhadores; católicos, protestantes e judeus – divide-se também em várias correntes partidárias: fascistas, nacionalistas conservadores, liberais-conservadores, sociais-democratas, comunistas. Cresce a instabilidade política, instala-se a crise institucional, a economia sofre novo baque com o colapso da bolsa de Nova York. Agora multiplicam-se os votos nos extremos, o centro encolhe e as elites se movem. A obsessão anticomunista leva ao arranjo «liberal-autoritário» com Hitler: a transigência com o nazismo fundada na prepotência das elites políticas e militares e da aristocracia rural que acreditavam poder domesticá-lo. Por fim, a aliança entre os grandes capitalistas Gustav Krupp, Fritz Thyssen, Günther Quandt, e muitos mais, financiou o NSDAP, moldado como «martelo» para esmagar comunistas e sindicalistas.

Chapoutot desmistifica a ideia de que o nazismo foi o resultado da insensatez das massas iletradas. A rigor, o partido nazista recebeu 37,3% dos votos, em julho de 1932. O máximo que teve em eleições livres. Ficou longe da maioria absoluta. E não foram votos operários. Hitler se tornou chanceler num

momento de declínio eleitoral do partido nazista e de crescimento dos comunistas, o que alarmou as elites. A «tomada de poder» aconteceu depois do desastre da política de austeridade do ex-chanceler Heinrich Brüning, que agravou a recessão no país e deu mais argumentos aos demagogos. Para o professor, não existiu tomada nenhuma. A expressão é uma mitologia fabricada por Joseph Goebbels, chefe da propaganda nazista, com seus desfiles e editoriais. Na verdade, o poder foi concedido. Foi a consequência de um acordo cínico costurado pelo ex-chanceler Franz von Papen, com a anuência do presidente Paul von Hindenburg e o apoio dos magnatas da indústria e do capital. Foi um arranjo da *classe dirigente* para ceder o título sem perder o controle. Estavam convencidos de que manipulariam os nazistas para preservar a ordem social e seus interesses patrimoniais contra a ameaça comunista. Foi a escolha irresponsável das lideranças políticas liberais, conservadoras e nacionalistas, todas autoritárias, em união com os donos do capital: elites dispostas a sacrificar a democracia para salvar seus interesses financeiros e o *status quo*. Não foi um acaso, não foi um destino nem foi o ciclo das marés.

> [A chegada ao poder do nazismo] foi a escolha irresponsável das lideranças políticas liberais, conservadoras e nacionalistas, todas autoritárias, em união com os donos do capital: elites dispostas a sacrificar a democracia para salvar seus interesses financeiros e o *status quo*. Não foi um acaso, não foi um destino nem foi o ciclo das marés.

Num país com a economia aos frangalhos, com abuso de decretos presidenciais, desordem no parlamento e complacência do judiciário; num Estado com instituições fragilizadas pela legitimação das exceções e pela suspensão dos direitos fundamentais; e numa sociedade apavorada com violência nas ruas e capturada pela radicalização política, a imprensa ganha protagonismo e pode servir de linha de contenção do autoritarismo ou arma de arremesso contra a democracia. Na República de Weimar, o regime colapsava. O magnata Alfred Hugenberg, líder do partido nacional-conservador, controlava mais de um terço da imprensa alemã. Ele sempre esteve ao lado dos «liberais-autoritários», até se enlaçar com Hitler e catapultá-lo ao poder usando cerca de 1.600 periódicos – entre jornais e revistas – para *nazificar* o espaço público. Por fim, ocupou as pastas da economia e da agricultura no primeiro gabinete de Hitler. Foi mais um a supor que controlaria o nazista, como um titereiro a marionete.

Chapoutot cita nominalmente Hugenberg como um dos irresponsáveis que levaram Hitler ao poder e nota as semelhanças entre a mídia atual na França e aquela da Alemanha do início dos anos 1930. Sua crítica recai, primeiro, sobre Vincent Bolloré, no comando do *Canal+*, da maior editora francesa e de uma agência de publicidade, um dos homens mais importantes da mídia no país. O magnata francês se diz democrata-cristão, preocupado com a economia e não com a política, e, no entanto, seus veículos têm cortejado movimentos populistas reacionários e figuras da extrema-direita, como Marine Le Pen e Éric Zemmour. Não é exclusividade francesa. Nos Estados Unidos, todo mundo sabe, a *Fox News* tem promovido as teses anticiência, supremacistas e conspiratórias, defendido o presidente e normalizado o extremismo do movimento MAGA. O *Washington Post* sofre restrições impostas pelo controlador. Às

vésperas das eleições, em outubro de 2024, Jeff Bezos bloqueou o endosso do jornal a Kamala Harris. Em fevereiro de 2025, exigiu uma linha editorial dirigida «às liberdades individuais e ao livre mercado» – um eufemismo para a agenda de desregulamentações e de Estado mínimo. Tudo para o agrado de Donald Trump. Sem contar a miríade de veículos e influenciadores digitais que engrossam o discurso fantasioso, retrógrado e extremista. No Brasil, principalmente a Jovem Pan e a *Gazeta do Povo* cumprem esse papel, e também a abundância de mídia digital que respalda a mesma mensagem. Em Portugal, onde acompanho mais de perto, provavelmente menos por apoio direto e mais por caça à audiência, desde que fundou o Chega, bem antes de se tornar líder do segundo maior partido no parlamento, André Ventura, com sua lábia populista anti-imigração, tem presença garantida em todos os telejornais ao longo do dia.

> [...] Provavelmente menos por apoio direto e mais por caça à audiência, desde que fundou o Chega, bem antes de se tornar líder do segundo maior partido no parlamento, André Ventura, com sua lábia populista anti-imigração, tem presença garantida em todos os telejornais ao longo do dia.

Chapoutot também encontra simetria no uso de pânicos morais com a intenção de dividir a sociedade. Se, na Alemanha dos anos 1930, a cobertura dos jornais conservadores apontava o *bolchevismo cultural* como ameaça, hoje – a escolha é dele – o *wokismo* é o mau. Os alvos podem mudar, o intuito é o mesmo. Escolhas minhas: os judeus antes, os imigrantes hoje; a *punhalada pelas costas* antes, o *deep state* hoje e, sempre, a corrupção, que só o líder *outsider* seria capaz de expurgar. O medo e a indignação são trampolins para legitimar políticas autoritárias, racistas e violentas sob a retórica da segurança e da ordem. Outro problema atual, ainda segundo o professor, é a má formação dos profissionais de jornalismo e – acrescento eu – o baixo nível de supervisão que recebem. Na minha leitura, a concorrência com os influenciadores digitais, as redes sociais e os veículos *on-line* de propaganda agravam o problema. O excesso de informação e, para não perder relevância, a urgência de publicar, muitas vezes, deixam em segundo plano a apuração e a melhor análise dos fatos. Steve Bannon ensinou que é preciso «inundar a área com merda»4. Há uma década estamos cobertos dela, perdidos, tentando separar o que é real numa avalanche sem fim de informações. Ao mesmo tempo, a profusão de notícias gratuitas – verdadeiras ou falsas – limita o orçamento, o que compromete a qualidade do jornalismo.

> O medo e a indignação são trampolins para legitimar políticas autoritárias, racistas e violentas sob a retórica da segurança e da ordem. Outro problema atual, ainda segundo o professor, é a má formação dos profissionais de jornalismo e – acrescento eu – o baixo nível de supervisão que recebem.

Hoje a violência chega com insultos, discurso, propaganda e, sobretudo, pela internet, com os algoritmos em nossas câmaras de eco. Aos imigrantes, a perseguição e a desumanidade. A toda gente, a truculência, o desamparo e a fala inflamada. Aos patriotas, o assombro com o *marxismo cultural* e a *identidade de gênero.* O apreço ao líder autoritário está de volta. O nacionalismo expansionista também. De volta uma direita revolucionária que, citando Goebbels (que se referia aos deputados nazistas), vê o modelo liberal como estúpido o suficiente para dar ingressos e mesada a quem se arma com o arsenal

da democracia para destruí-la por dentro. Outra vez o belicismo do final do século XIX – prenúncio da Grande Guerra – retorna às agendas geopolíticas, com a meta entre os países da OTAN de investirem 5% do PIB em defesa até 2035. Desta vez, a associação é feita entre os ideólogos da supremacia racial, do ódio e do atraso com os senhores do futuro, líderes da inovação em tecnologia (incluindo defesa): Peter Thiel, Elon Musk, Mark Zuckerberg, Jeff Bezos, Sam Altman. Ontem como hoje, a ligação entre liberalismo econômico e democracia continua circunstancial. O pragmatismo do Vale do Silício repete o pacto do Vale do Ruhr5: o capital curva-se ao Estado tutor desde que sejam preservados seus interesses. Nenhuma atrocidade é sórdida o suficiente para impedir um bom negócio.

> Ontem como hoje, o pragmatismo dos capitalistas, a presunção das elites urbanas, o corporativismo das lideranças políticas, a anuência (ou não) dos magistrados e a cumplicidade dos editores-chefes legitimam os partidos e a demagogia da extrema-direita.

Ontem como hoje, o pragmatismo dos capitalistas, a presunção das elites urbanas, o corporativismo das lideranças políticas, a anuência (ou não) dos magistrados e a cumplicidade dos editores-chefes legitimam os partidos e a demagogia da extrema-direita. A cada dia, em vários países, torna-se natural a aproximação entre o centro, os conservadores e os nacionalistas autoritários – o «extremo centro» para Chapoutot. Segundo ele, o governo de Macron, na França, tem adotado temas, termos e obsessões do partido de Le Pen, o Reagrupamento Nacional. Em Portugal, digo eu, o governo de Luís Montenegro, coligação entre sociais-democratas e democratas-cristãos, abraçou causas e discursos caros ao Chega. São estratégias que podem conferir vitórias de curto prazo aos centristas (o que não está garantido, como ficou evidente nas eleições brasileiras de 4 de outubro), mas que resultam em endosso e ratificação dos princípios e credos protofascistas pelo *establishment* político. O que era abjeto passa a ser banal.

Hoje, as democracias podem se deteriorar com menos tropas nas ruas e mais discursos truculentos e rasos, mais desinformação, mais manejo dos algoritmos e mais instituições servis. Menos fardado, o autoritarismo contemporâneo usa terno e gravata (às vezes nem isso) e ainda assim doma partidos, manipula leis, alicia juízes, pauta a mídia e controla eleições. A repressão não precisa ser dissimulada se puder ser justificada como prudência ou normalizada como objetividade. Quando partidos, financiadores e imprensa subestimam a determinação de quem tem o poder, acreditam que é possível controlar o incontrolável e se aliam ao autoritarismo para atingir seus objetivos, quando a política deixa de ser o lugar do equilíbrio e cede à arrogância tecnocrática, aos interesses privados ou às rivalidades egocêntricas, é quando as democracias morrem.

> Menos fardado, o autoritarismo contemporâneo usa terno e gravata (às vezes nem isso) e ainda assim doma partidos, manipula leis, alicia juízes, pauta a mídia e controla eleições. A repressão não precisa ser dissimulada se puder ser justificada como prudência ou normalizada como objetividade.

Quem tem poder suficiente para impedir? Quem tem poder suficiente para permitir? São esses os responsáveis pela ascensão de Hitler, Netanyahu, Trump, Modi, Bolsonaro, Ventura. Ainda assim, Chapoutot rejeita o «fatalismo resignado». Agora em setembro, numa entrevista ao jornal *L'Humanité*, lembrou-se das eleições legislativas na França, em meados de 2024, quando todos os estúdios de televisão anunciavam que o partido de Jordan Bardella ganharia as eleições de forma arrasadora. A mensagem subliminar era a de que seria inútil ir votar. Mas as pessoas se mobilizaram, foram às urnas e contrariaram esse cenário. Não existe fatalidade histórica. Existe o resultado das escolhas que fazemos.

- *Texto publicado originalmente a 19 de novembro de 2025 e atualizado a 6 de outubro de 2026*

Notas

1 – Michaël Foessel (1974) é um filósofo francês, professor na École Polytechnique, em Paris, conselheiro da revista Esprit e co-diretor, nas Éditions du Seuil, da coleção «L'Ordre philosophique». Sua pesquisa parte de Kant e se concentra em filosofia política: democracia e seus riscos, cosmopolitismo, crítica ao liberalismo e comportamento digital, privação do íntimo e fragilização do Estado de direito. Entre suas obras destaca-se Récidive. 1938 (PUF, 2019), cuja tese central é que as democracias não morrem porque são fracas, mas porque fazem escolhas ruins – seguidamente. No livro, traça um paralelo entre a França atual e aquela de 1938, quando as elites francesas, traumatizadas pela Grande Guerra (1914–1918), obcecadas por estabilidade, ordem e segurança, abriram mão de valores democráticos e normalizaram o fascismo, dentro e fora do país.

2 – O darwinismo social foi uma teoria do século XIX que subverteu a teoria da evolução de Darwin para justificar o racismo, o imperialismo e a eugenia. Serviu de base «científica» para explicar as desigualdades sociais, hierarquias entre povos, políticas racistas e, mais tarde, o nazismo.

3 – Jean-Michel Aphatie (1958) é um jornalista e comentarista político francês, conhecido por sua atuação na rádio RTL e em emissoras públicas como France Inter. Em fevereiro de 2025, durante a transmissão do principal programa matinal de notícias da rádio, quando perguntado se o exército francês havia se comportado «como nazistas» na Argélia, respondeu: "Os nazistas não existiam. Não nos comportamos como nazistas. Os nazistas se comportaram como nós fizemos na Argélia.» A declaração provocou forte controvérsia e a entidade reguladora, Arcom, apontou «risco de relativização do nazismo». O jornalista foi temporariamente suspenso de suas funções na RTL e decidiu deixar a emissora. A frase repercutiu intensamente na imprensa e reabriu debates sobre violência colonial na França.

4 – «Os democratas não importam. A verdadeira oposição é a mídia. E a maneira de lidar com ela é inundar a área com merda.» — Steve Bannon em entrevista a Michael Lewis, em 2018.

5 – Em 20 de fevereiro de 1933, a menos de duas semanas das eleições, Hitler reuniu em Berlim, na residência oficial do presidente do Reichstag, o nazista Hermann Göring, 24 empresários da vanguarda industrial alemã, representantes de companhias como Krupp, IG Farben, Siemens, Allianz e Opel. Ao final, ficou acertado um fundo eleitoral de 3 milhões de marcos para o partido de Hitler e o de seu aliado Hugenberg. Boa parte dos presentes dirigia a indústria pesada do Ruhr, o coração industrial do país, e daí a expressão «pacto do Vale do Ruhr».

Aliás, para a leitora ou leitor familiarizado com o cenário político brasileiro, sobre irresponsabilidade semelhante, recomendo a leitura do ensaio *O que esses brasileiros sabem*, de João Moreira Salles, publicado em 1 out. 2026, na *revista piauí*.
